



ACTA N.º 7/2006

DA 1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2006  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,  
REALIZADA A 28 DE ABRIL DE 2006

-----No dia 28 de Abril de 2006, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de Fevereiro, convocada ao abrigo do n.º 1 do Art. 49.º da Lei n.º 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/1, e das alíneas a), q), u) e v) do n.º 2 do Art. 19.º, do n.º 1 e n.º 7 do Art. 23.º, do n.º 3 do Art. 26.º e do n.º 2 do Art. 29.º, todos do respectivo Regimento, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte, **ORDEM DO DIA**

- **PONTO 1 - *Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão – ano 2005;***
- **PONTO 2 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município;***
- **PONTO 3 - *Rectificação da designação social da empresa municipal para gestão de equipamentos desportivos – “LAGOS-EM-FORMA, Gestão Desportiva, E.M.”.***

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 58 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Alexandre Domingos Bonina (Secretário da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2.ª Secretária)
PS	Carlos Alberto Cravo de Albuquerque
PS	Carlos Alberto Esteves Pires
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1.º Secretário)
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)



Fl. 44v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	José Mariano Monteiro de Jesus
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Rita Maria Pereira Olivença (Secretária da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	João Francisco Redondo Félix
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira

-----ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO, no momento indicado nesta Acta, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
INDEPENDENTE	Eduardo Morales Almeida Santana
PSD	Eurico José dos Reis Correia

-----SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis	1 dia	João Francisco Redondo Félix
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia	1 dia	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa



-----SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – TOMADA DE POSSE:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL	SITUAÇÃO
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)	Solicitou substituição para o dia 29/12/2005, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 38º da Lei nº 169/99, de 18/09, alterada pela Lei nº 5-A/02, de 11/01.
PS	Alexandre Domingos Bonina (Secretário da Junta de Freguesia de Barão de S. João)	Substituto legal, designado pelo Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Barão de S. João.
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	Solicitou substituição para o dia 29/12/2005, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 38º da Lei nº 169/99, de 18/09, alterada pela Lei nº 5-A/02, de 11/01.
PS	Rita Maria Pereira Olivença (Secretária da Junta de Freguesia de Odiáxere)	Substituta legal, designada pelo Sr. Presidente de Junta de Freguesia da de Odiáxere.

-----**TOMADA DE POSSE DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:** Ao abrigo do artigo 9º da Lei nº 33/98, de 18/07, foram convocados para estarem presentes na Sessão Ordinária de Abril de 2006, para tomarem posse como Membros efectivos do Conselho Municipal de Segurança os seguintes cidadãos: **HUGO FILIPE MIRANDA GONÇALVES PIMENTEL** – Comandante da Esquadra da PSP de Lagos; **JOSÉ JOAQUIM SILVA SANTOS** – Representante da ACRAL.-----

-----Não compareceu para este Acto o cidadão **JOSÉ JOAQUIM SILVA SANTOS** – Representante da ACRAL.-----

-----Verificada a conformidade formal e após ter prestado o juramento, procedeu à assinatura do presente auto de posse, o cidadão **HUGO FILIPE MIRANDA GONÇALVES PIMENTEL** – Comandante da Esquadra da PSP de Lagos, ficando investido nas suas funções.-----

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** Interveio o Múncipe Sr. José Luís Quental Mota Vieira que, após fazer uma chamada de atenção para os longos períodos que são necessários e que levam alguns licenciamentos, como acontecerá com o Projecto Eriksson após a aprovação, pela Assembleia Municipal, do Interesse Público Municipal sobre o projecto, questionou se não seria do interesse de todos que as Assembleias Municipais do País, a Associação Nacional de Municípios e a Assembleia da República, reflectissem e deliberassem sobre a simplificação do licenciamento.-----



Fl. 45v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS**

-----Seguidamente tomou a palavra o Município Sr. Francisco Costa que fez uma intervenção sobre a questão dos elevadores, uma vez que a Câmara, com o novo Regulamento para Ascensores, Monta-cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes, vai passar a ter competências nesta matéria. Alertou para o facto de o preço da segunda inspecção feita a elevadores passar a ser seis vezes superior àquilo que é pago na primeira inspecção, acrescentando que as inspecções periódicas passarão a ser feitas de 2 em 2 anos, sendo até aqui, de 6 em 6 anos. Disse que os condomínios cada vez estão mais caros e isso faz com que as pessoas não paguem e por sua vez os prédios vão-se danificando.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entraram na sala os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
IND	Eduardo Morales Almeida Santana	21.09
PSD	Eurico José dos Reis Correia	21.09

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 40/06 a 108/06, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 38/06 a 123/06, inclusive.-----

-----O Sr. José Mariano (PS) informou que tinha feito requerimentos ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a solicitar os valores das senhas de presença e outros, ganhos pelos Membros da Assembleia Municipal durante o ano de 2005, que por sua vez solicitou um parecer jurídico à Câmara Municipal. Disse que queria saber estes valores porque quando ia receber as suas senhas de presença, por vezes reparava que há Membros da Assembleia Municipal que ganham muito mais do que ele e gostava de saber porquê. Disse que agora através de uma circular da ANMP, tomou conhecimento dos valores de cada senha de presença pelo que ficou a saber que a senha de presença do Presidente da Assembleia é de um valor superior ao dos restantes Membros. Considera que o que pesa no orçamento não são as reuniões da Assembleia Municipal, mas sim as Comissões que estão em funcionamento na Assembleia Municipal, mas que se disponibilizava para fazer parte de Comissões. Disse ainda que o parecer jurídico solicitado à Câmara deveria ter sido solicitado à ANMP.-----

-----**INFORMAÇÕES:** o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) informou o Plenário de que a CCDR tinha indicado o dia 4 de Maio para receber, na sua sede, uma delegação da Assembleia Municipal. Informou ainda de que se iria deslocar a Setúbal, no próximo dia 25 de Maio, acompanhado do funcionário dos Serviços da Assembleia Municipal, Jorge Silvestre, para participarem numa Acção de Informação promovida pela ANMP e pela Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) sobre acesso aos documentos administrativos.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** O Sr. Celso Costa (CDU) leu o seguinte Requerimento: “Tem sido preocupação dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos, ao longo dos diversos mandatos, o



acompanhamento da prestação dos cuidados de saúde no Município. A situação actual do Hospital de Lagos e o encerramento do SAP já foram objecto de propostas e moções anteriormente apresentadas. Aquando os infelizes acontecimentos que culminaram com a morte de dois doentes no Bloco Operatório do Hospital e considerando que não estavam reunidas as melhores condições para realizar intervenções cirúrgicas, o Ministério da Saúde decidiu encerrá-lo. Todavia não encarou, nem encara, a possibilidade de construir um novo edifício com melhores condições, a realocação do Hospital de Lagos, sempre desejada pelas populações e autarcas de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo. Pelo contrário, lentamente, vão-se extinguindo serviços, um a um, até que o hospital deixe de ter razão de existência. É assim que no mês de Março deixaram de se fazer no Hospital de Lagos ecocardiogramas, colonoscopias e endoscopias. Logo, quem precisar de fazer estes exames terá de se deslocar a Faro, com tudo o que acarreta em tempo, despesa, faltas ao trabalho, para já não falar na demora da marcação. Também a Central de Marcações que funcionava no Hospital de Lagos foi encerrada. É o simplex a funcionar em sentido inverso. Os Cuidados Primários de Saúde também se encontram num ponto de rotura no nosso Município há cerca de 12 mil doentes sem Médico de Família, a consulta de recurso, quando funciona, não consegue dar resposta às solicitações e torna-se uma autêntica missão impossível obter até a simples renovação da medicação habitual. Assim os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos requerem que estas suas preocupações sejam transmitidas à Câmara Municipal de Lagos, ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE, à ARS Algarve e ao senhor Ministro da Saúde.”-----  
-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta apresentada pela CDU: “Considerando que compete à Assembleia Municipal acompanhar, com base em informação útil da Câmara, facultada em tempo oportuno, a actividade desta e os respectivos resultados, nas associações e federações de municípios, empresas, cooperativas, fundações ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado, em conformidade com a alínea d) do nº 1 do artº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro. A Assembleia Municipal de Lagos propõe: 1. Agendar na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária desta Assembleia um ponto referente ao cumprimento da matéria constante do considerando. 2. Dar conhecimento à Câmara Municipal de Lagos desse ponto e solicitar a informação necessária.”-----  
-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a lei obriga a que a Câmara faculte os dados referidos na Proposta e a mesma serve para fazer lembrar à Câmara isso mesmo.-----  
-----Posto isto passou-se à votação da Proposta apresentada pela CDU, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----  
-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta apresentada pela CDU: “Considerando o estado das bermas das Estradas Nacionais que atravessam o nosso Município, E.N.120 e E.N.125, que apresentam grande coberto vegetal, lixo e detritos, sendo que em certos troços das vias estas estejam



Fl. 46v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

totalmente suprimidas; Considerando que o coberto vegetal das bermas chega a tapar por completo raíles de protecção da estrada, e impossibilita a visualização de sinais de trânsito e tabuletas de indicação de localidades; Considerando que em certos locais os escoadores de águas pluviais estejam atolados de lixo e detritos, impedindo o escoamento normal das águas da chuva; Considerando o perigo que tal situação potencia para a segurança rodoviária, e para todos os transeuntes em geral, sejam automobilistas, ciclistas ou peões; Considerando que a imagem de lixo acumulado nas beiras das estradas dá uma imagem de poluição e degradação nada favoráveis a um concelho turístico como o nosso; Considerando que a limpeza das Estradas Nacionais é da responsabilidade da EP - Estradas de Portugal E.P.E. e que a mesma é manifestamente insuficiente; A Assembleia Municipal de Lagos propõe: 1 - Solicitar à EP - Estradas de Portugal E.P.E. a limpeza imediata das bermas das Estradas Nacionais no nosso Município. 2 - Que a mesma passe a ser feita com mais assiduidade.”-----

-----O Sr. Celso Costa (CDU) disse que esta Proposta vem no seguimento da verificação de que as bermas das estradas nacionais do município necessitam de limpeza, de modo a garantir a segurança rodoviária nessas vias.-----

-----Posto isto passou-se à votação da Proposta apresentada pela CDU, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----Não participou nesta votação o Sr. Pedro Cruz (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião) por se encontrar ausente da sala.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo PSD: “No dia 1º de Maio de 1886, 500 mil trabalhadores saíram às ruas de Chicago, nos Estados Unidos, em manifestação pacífica, exigindo a redução da jornada para oito horas de trabalho. A polícia reprimiu a manifestação, dispersando a concentração, depois de ferir e matar dezenas de operários. Em 1889 o Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, decretou o 1º de Maio, como o Dia Internacional dos Trabalhadores, um dia de luto e de luta. E, em 1890, os trabalhadores americanos conquistaram a jornada de trabalho de oito horas. É hoje com grande preocupação que enfrentamos novos desafios, onde cada vez mais o trabalhador e a sua formação são elementos essenciais para o sustentável desenvolvimento das sociedades. Já lá vai o tempo em que os ordenados baixos e elevada carga horária faziam a diferença entre sustentabilidade e crescimento do mercado de emprego. Hoje com a abertura dos mercados internacionais urge defender a qualidade do trabalhador português como elemento fulcral da economia. Para tanto, e no âmbito do nosso Concelho, teremos de apostar na atracção de investimento de qualidade, que é sinónimo de fixação de postos de trabalho estáveis, combatendo a elevada taxa de desemprego sazonal. Considerando que a Câmara Municipal como importante factor de desenvolvimento económico e maior empregador do Concelho tem responsabilidades inerentes ao desenvolvimento estável do mercado de trabalho do concelho: 1 - Exortamos que o Executivo da Câmara Municipal dê exemplo disso na sua actuação para com os seus trabalhadores, nomeadamente incrementando a formação profissional dos mesmos, melhorando as condições de trabalho e consequentemente elevando os parâmetros



de qualidade dos serviços prestados aos munícipes; 2 - Que o Executivo Camarário no âmbito das suas funções desenvolva as acções adequadas a atrair Investimentos Estruturais, Duradouros e de Qualidade para o nosso Concelho, para que o mercado de trabalho desenvolva uma dinâmica positiva de modo a afastar o desemprego sazonal e as elevadas taxas de desemprego.”-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que a Câmara tem um Programa de Formação bastante bom, por isso acrescentou que se o ponto 1 é no sentido de reforçar a formação profissional que a Câmara tem, o PS está de acordo com a Moção, caso contrário não.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que achava estranho que a bancada do PS viesse, constantemente, a defender a Câmara em coisas em que a Câmara não precisa de ser defendida. Solicitou esclarecimento à bancada do PSD sobre o contexto, na Moção, da palavra “Duradouros”.-----

-----O Sr. Fernando Soares (PSD) disse que este dia é de comemorações, de festa e não está nesta Moção qualquer crítica.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que defende a Câmara quando tem que a defender e critica quando assim é necessário. Esclareceu que para ele a palavra incrementar significa iniciar, mas já viu que para o PSD quer dizer aumentar.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que se a palavra incrementar faz muita confusão à bancada do PS, pode ser alterada para reforçar.-----

-----O Sr. José Mariano (PS) disse que a Câmara Municipal está a fazer um bom trabalho em relação à formação.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) constata que o PSD diz que a Moção vai no sentido de reforçar e não de atacar, mas o texto da Moção não demonstra isso, tanto mais que é do conhecimento de todos a boa formação que a Câmara Municipal de Lagos dá aos seus funcionários. Em relação a condições de trabalho, lamenta que a maioria dos Membros do PSD não tivesse conhecido as novas instalações de um Departamento da Câmara no Chinicato.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que não foi com espírito crítico que foi feita esta Moção, mas sim no sentido da Câmara dar exemplo aos outros intervenientes económicos do concelho. Em relação às condições de trabalho disse que nem todos os funcionários da Câmara vão trabalhar nas instalações do Chinicato, recentemente inauguradas, havendo muitas melhorias a fazer neste aspecto. Disse que ninguém está a tentar criticar a Câmara, apenas estão a tentar comemorar, com elevação, o 1º de Maio.-----

-----Posto isto passou-se à votação da Moção apresentada pelo PSD, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado, leu a seguinte Moção apresentada pela bancada do PSD: “Considerando que: 1. O Algarve debate-se, cronicamente, com uma gritante carência de médicos que conduz a estrangulamentos intransponíveis na qualidade dos serviços de saúde que são prestados na nossa região. Senão, vejamos: em Lisboa, por exemplo, por cada 1000 habitantes há 5 médicos, ao passo que, no Algarve, para a mesma proporção, não chegamos aos 2



Fl. 47v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

médicos por 1000 habitantes. Sublinhe-se esta invulgar discrepância: Portugal tem uma média de 3,1 médicos por 1000 habitantes, a União Europeia de 3,3 e o Algarve de 1,9. Elucidativo! Mais grave se torna esta divergência quando as estatísticas oficiais não agregam a população flutuante. Se o fizessem, poderíamos com caução afirmar que num dos indicadores de referência para apreciar da qualidade de vida das populações, o Algarve, no contexto da União Europeia, ocuparia a cauda da tabela com inegáveis repercussões na vida de todos os algarvios. 2. Em 1999, quando o governo deliberou instalar uma Faculdade de Medicina em Braga e outra na Covilhã, a sociedade algarvia não se mobilizou no sentido de demonstrar a impreteribilidade de acolher um curso de Medicina como ferramenta indispensável para contrariar a incapacidade de atrair médicos e debelar as assimetrias na dispersão geográfica destes quadros. 3. A Universidade do Algarve, num recente estudo, apurou que mais de 70% dos alunos que concluíram a sua formação superior nesta mesma Universidade, pese embora serem provenientes das mais diversos regiões de Portugal, acabam por aqui ficar radicados, constituindo uma das forças motrizes, nas suas áreas privilegiadas de conhecimento, do desenvolvimento económico-social que o Algarve veio a conhecer nas últimas três décadas. 4. É amplamente veiculado, quer pelos responsáveis políticos quer pelos mais destacados dirigentes do espectro civil regional, que o Algarve necessita no sector turístico de desenvolver competências em segmentos como o turismo de saúde ou de terceira idade, emergindo estas vertentes como instrumento adequado para combater a sazonalidade que tão dramaticamente interfere com a sustentabilidade da região. 5. A Universidade do Algarve apresentou ao governo um projecto inovador, reconfigurando o paradigma subjacente ao ensino da medicina e que se propõe criar um curso de Medicina inspirado num modelo que contou com o parecer favorável de prestigiados investigadores nacionais e que, neste momento, o governo decidiu nomear uma comissão independente para se pronunciar sobre as condições técnico-logísticas do curso proposto, estando a decisão final apazada para os próximos meses. 6. Portugal Continental dispõe de sete faculdades de medicina e nenhuma se encontra situada abaixo do Rio Tejo o que acarreta severos impactos na qualidade dos serviços de saúde prestados e condiciona a reformulação da precária rede hospitalar da região Algarvia. A Assembleia Municipal de Lagos considera imprescindível, no interesse dos seus munícipes bem como de todos os Algarvios, que o curso de Medicina seja implantado na Universidade do Algarve.” Seguidamente informou que uma Moção idêntica tinha sido aprovada por unanimidade na Assembleia Metropolitana da Grande Área Metropolitana do Algarve e que o que é pretendido é criar um curso na Universidade, sendo que os alunos para o frequentar têm que ter, pelo menos, um bacharelato em ciências biológicas, da área da biologia e da saúde. Disse que é um curso com a duração de 4 anos e pretende-se que se inicie em 2008, tendo os alunos direito a uma bolsa a partir do momento em que se comprometam a fixar-se no Algarve durante 6 anos.--  
-----Posto isto foi colocada à votação a Moção apresentada pelo PSD, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----  
-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção



apresentada pela Bancada do PSD: “No próximo dia 18 de Maio comemora-se o dia internacional do Museu, sendo Lagos uma cidade com inegável importância Histórica a nível mundial e sendo também um pólo turístico de relevância cumpre ao município zelar pelo Museu Municipal e o serviço que este presta a quem o visita. O Museu, verdadeiro repositório da herança das nossas gentes, necessita de ser melhorado e até se possível ampliado. Para uma cidade que se quer desenvolver tendo como base uma plataforma histórica aliada a inegáveis belezas naturais tem de pautar a sua actividade a nível cultural dando ao Museu uma particular atenção. O museu na sua actual configuração não preenche as necessidades da nosso Concelho; aliás não é mais do que uma pálida imagem daquilo que Lagos tem para oferecer em termos de património histórico e artístico a quem a visita. Tendo em vista a defesa do nosso património histórico e a revitalização do Museu: - Chamamos a atenção da Câmara para a redução do número de Salas e do espólio exposto; - Chamamos atenção à Câmara sobre o “Levantamento do Espólio”, que talvez já devesse estar acabado e continua por aparecer, situação que nos deve trazer alguma apreensão, pois só com este levantamento teremos uma real ideia sobre o património museológico de Lagos, o que nos leva a recomendar a Câmara a seguir com bastante atenção o referido Levantamento; - Sabendo que a Câmara celebrou recentemente a escritura de compra e venda da Casa do Eng. José Matias (contigua ao Gabinete do Centro Histórico), exortamos a Câmara a utilizar esse espaço para ampliar e criar uma estrutura capaz de albergar todo o acervo patrimonial do Museu e Gabinete Técnico, que é peça fundamental no restauro e classificação do espólio museológico. Pelo exposto e tendo em vista a comemoração do dia Internacional do Museu, exortamos a Câmara Municipal a promover as necessárias medidas de modo a que o Museu de Lagos corresponda as expectativas da nossa população.”-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) perguntou se em vez da Moção dizer “Chamamos a atenção da Câmara para a redução do número de Salas e do espólio exposto”, o PSD não queria dizer “Chamamos a atenção da Câmara para o reduzido número de Salas e do espólio exposto”.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) esclareceu que o pretendido é que se aumente o número de salas, abrindo aquelas que têm estado a encerrar.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que não tinha nada a dizer sobre a Moção mas é da opinião de que este assunto merece uma discussão mais alargada sobre o Plano Museológico e qual o ponto da situação das diversas opiniões que têm sido dadas ao longo dos últimos anos, em relação a pólos e núcleos museológicos, pelo que se devia requerer à Câmara o andamento do Plano Museológico.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que corroborava as palavras do Sr. José Manuel Freire, no que diz respeito à discussão mais alargada.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) sugeriu que este assunto baixasse à Comissão Permanente.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PS) disse que concordava com a sugestão do Sr. Paulo Jorge Reis.-----



Fl. 48v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu o seguinte Voto de Pesar apresentado pela bancada do PSD: “No passado dia 25 de Abril, faleceu com 64anos, Armando Luís Coelho da Silva, empresário e professor, presidente da Junta de Freguesia da Pena eleito pelo PSD. Com a morte de Armando Silva os moradores da Pena perdem assim um bom autarca, que amava a sua cidade e o seu bairro. A Assembleia Municipal de Lagos, hoje reunida delibera: 1- Apresentar as mais sentidas condolências à família enlutada. 2- Publicar esta moção num jornal do Concelho de Lisboa. 3- Dar conhecimento desta moção à junta de Freguesia da Pena e à Câmara Municipal de Lisboa.”-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que já tinha falado com o Coordenador da bancada do PSD sobre o texto deste Voto de Pesar, no início da reunião e sugeriu o seguinte texto para o Voto de Pesar: “No passado dia 25 de Abril, faleceu com 64 anos, Armando Luís Coelho da Silva, empresário e professor, Presidente da Junta de Freguesia da Pena. Com a morte de Armando Silva os moradores da Pena perdem assim um bom autarca, que amava a sua freguesia e a sua cidade.”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que concordava com o proposto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que concordava com o texto do Voto de Pesar e solicitou que o mesmo fosse enviado também à Assembleia Municipal de Lisboa.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que a seguir a este Voto de Pesar iria ser proposto outro, por isso sugeriu que fosse cumprido um minuto de silêncio em memória das pessoas mencionadas nos Votos de Pesar, no final das votações.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que o proposto pelo Sr. Paulo Jorge Reis ia de encontro à intenção da Mesa e que no fim das votações ia ser cumprido um minuto de silêncio.-----

---Posto isto passou-se à votação deste Voto de Pesar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu o seguinte Voto de Pesar apresentado pela bancada do PSD: “No passado dia 12 de Abril faleceu com 54 anos, Dr. Eduardo Martins, Médico do nosso Concelho. O Dr. Eduardo, era um médico empenhado, diligente e empreendedor, era acima de tudo, um Homem Bom, sempre bem disposto e disponível para ajudar o próximo. A Assembleia Municipal de Lagos, hoje reunida delibera: 1- Apresentar as mais sentidas condolências à família enlutada. 2- Publicar esta moção num jornal do Concelho.”---

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que este Voto de Pesar é apresentado pela Assembleia Municipal de Lagos, no seu conjunto, e não só pela bancada do PSD.----

-----Posto isto passou-se à votação deste Voto de Pesar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----Em seguida foi cumprido por todos os presentes na sala um minuto de silêncio em memória do Sr. Armando Luís Coelho da Silva e do Dr. Eduardo Martins.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu o seguinte Voto de Congratulação apresentado pela bancada do PS: “O direito a uma habitação



condigna é um direito constitucional. Hoje, finalmente, demoliu-se a última habitação pré-fabricada da povoação do Chinicato. Todos os habitantes desses pré-fabricados estão finalmente reinstalados. A Assembleia Municipal reunida a 28 de Abril de 2006 congratula-se com a erradicação das barracas e fundamentalmente, com o facto de ver as pessoas devidamente instaladas, cumprindo-se, assim, aquele direito constitucional.”-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) disse que foi com agrado que quando saiu de casa para vir para a Reunião da Assembleia Municipal verificou que estavam a destruir a última barraca do Chinicato. Realçou que o Executivo Municipal tudo fez para que isto acontecesse e por isso a apresentação deste Voto de Congratulação.-----

-----Posto isto passou-se à votação do Voto de Congratulação apresentado pela bancada do PS, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu o seguinte Voto de Congratulação apresentado pela bancada do PS: “O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Lagos congratula-se com o espírito e a forma democráticas como decorreram as comemorações do XXXII Aniversário do 25 de Abril no Concelho de Lagos. As iniciativas culturais tiveram uma elevada participação popular de todas as faixas etárias. Os representantes do povo nos órgãos autárquicos e a comunicação social puderam participar numa visita pelo concelho, que reflecte uma grande esperança de Abril, o Desenvolvimento. Com o Poder Local Democrático junto das populações, a construir equipamentos sociais por todo o concelho, a fazer reabilitação urbana onde é preciso e independentemente da importância da localidade, a criar melhores condições e qualidade de vida para todos, a vencer os atrasos estruturais, a fazer evoluir a educação com melhores escolas e pré-escolares, a melhorar a vida dos idosos, com mais lares e apoio domiciliário, a proporcionar o direito à habitação. Pugnamos por um concelho melhor, mais belo e preservado, que encara a sua história sem complexos, mas com todas as potencialidades, em diálogo com a lusofonia, em Paz e integrando os que se acolheram a nós e que contribuem para o nosso desenvolvimento. Assim se cumpre Abril.”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que este Voto de Congratulação é um pouco estranho, porque não conseguia perceber se estava a dar azo ao sentimento de Abril, ou se estavam a fazer propaganda às iniciativas da Câmara Municipal, tanto mais que no terceiro parágrafo existe uma mistura entre as atribuições da Câmara e outras instituições. Disse que o espírito de Abril não se revê na visita que foi feita ao concelho, porque o mesmo não se resume a isso, considerando que este tipo de Votos de Congratulação à Câmara Municipal eram despropositados, porque a Câmara não faz mais que o seu dever.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que não podia concordar com esta intervenção do Sr. Nuno Serafim, porque se participar na viagem pode não fazer parte do espírito de Abril, a concretização das obras que foram visitadas são um dos ideais de Abril. Disse que se numas situações a realização de obras é importante e noutras já não o são, isso não corresponde aos discursos feitos na Sessão Solene comemorativa do aniversário do



Fl. 49v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

25 de Abril de 1974.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que compreendia que o PSD entenda que este Voto de Congratulação seja propaganda, mas também compreende que o PS, neste caso bem, puxe a brasa à sua sardinha, já que noutras alturas em que o PSD era Poder, situações destas também aconteceram. Acrescentou que estas situações são daquelas que com ou sem as mesmas fica-se tal e qual. Disse ainda que ia votar favoravelmente este Voto de Congratulação, uma vez que entendia que esta posição não vai prejudicar a sua capacidade crítica que tem que ter em relação à actuação do Executivo Municipal, nem vai prejudicar a sua pessoa, reconhecendo que todos os Executivos têm contribuído para que as pessoas vivam melhor, isso é um facto inegável.-----

O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PSD não confundia as atribuições e as competências da Câmara Municipal com o festejar de um dia que tem o significado que tem para o povo português e nesse sentido não acha de bom tom este Voto de Congratulação, por isso irão votar contra.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que está de acordo com o primeiro parágrafo deste documento, considerando que, ao contrário do que disse o Sr. Eduardo Santana, acha que este documento é político, tendencioso, uma vez que diz, entre linhas, que este Executivo faz e que outros Executivos camarários não fizeram. Disse que todos sabem que o concelho de Lagos tem alguns atrasos estruturais, mas não era um atraso tão significativo quanto isso, havendo concelhos no Algarve com atrasos estruturais muito mais graves. Consta que o documento vem, claramente, em defesa do Executivo Municipal; o PS pode apresentá-lo mas não pode obrigar o PSD a concordar com ele. Disse ainda que parece que o Membro Independente da Assembleia Municipal se esqueceu de posições por ele tomadas na Assembleia Municipal, quando fazia parte do PSD, pelo que devia ponderar mais as atitudes que toma, uma vez que, constantemente, ataca o Coordenador da bancada do PSD, facto com o qual não concorda.-----

-----O Sr. José Mariano (PS) disse que ia votar a favor deste documento e que tinha gostado do passeio, mas que não tinha gostado da maneira como os Membros da Assembleia Municipal foram tratados no final do passeio pelas obras no concelho. Disse que gostava de ouvir alguém da Comissão das Festas do 25 de Abril sobre os festejos.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (PSD) desafiou alguém a ouvir as gravações das suas intervenções na Assembleia Municipal e a encontrar qualquer incoerência naquilo que fez. Recordou que por diversas vezes esteve, em momentos chave da vida democrática do País, em discordância com o PSD e manifestou-o publicamente. Esclareceu que na sua intervenção não quis atacar ninguém.-----

-----O Sr. João Henrique (PS) disse que este documento é político e provavelmente não foram apresentados muitos documentos destes no passado porque não havia muitas razões para apresentar documentos destes, pelo que estava de acordo com a apresentação deste documento e que o PS não estava aqui para criticar a Câmara quando não tem razões para isso, mas fá-lo-á quando for necessário. Disse ainda que as pessoas não devem ficar espantadas pelo PS apoiar o Executivo camarário,



uma vez que foi o PS que apoiou este Executivo. Em relação às intervenções do Sr. Eduardo Santana e do Sr. Fernando Bernardo, disse que o Sr. Santana sabe que agora há razões para apresentar este documento. Consta que o Sr. Nuno Serafim, acabou se chegar à Assembleia Municipal e não se lembra do passado devido à sua juventude. Disse que tinha feito a visita mencionada e que tinha ficado com boas referências.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que já tinha visto alguns documentos destes no passado e sabe aquilo que foi feito pelo PS no passado e que o PS votou muitas vezes contra assuntos que agora vota a favor, mas isso não tem nada a ver. Esclareceu que não está contra o 25 de Abril, não está em desacordo com algumas situações referidas, mas que tem opinião e que a tem que demonstrar. Pediu desculpa à Assembleia e ao próprio em relação ao desabafo que fez sobre o Sr. Eduardo Santana, mas tinha-o que fazer naquele momento.-----

-----O Sr. Carlos Pires (PS) disse que ia votar a favor do Voto de Congratulação e que estranhava a posição do Líder da bancada do PSD, porque isto é um pouco preso por ter cão e preso por não o ter, ou seja, se a Câmara faz é por obrigação, se não faz merece ser criticada. Disse que quando se dá um elogio na altura certa, a crítica mais tarde tem mais força, caso contrário nunca se vai congratular ninguém.--

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que via a sua juventude como sendo um benefício, por diversas razões. Sobre a obra que o PS está a fazer lembrou que foi com a venda de uma das obras que o PSD fez, enquanto Poder autárquico, que o PS alimenta as actuais obras, cujos projectos são do PSD.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que ninguém põe em causa as obras mas lembrou que foi preciso só 5 anos de governação local para ficarem sem dinheiro e a prova disso é a criação das Empresas Municipais. Disse que fazer tudo de uma vez em 5 anos é bonito mas as coisas não são feitas assim.-----

-----Posto isto foi colocada à votação o Voto de Congratulação apresentado pelo PS tendo o mesmo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	17	0	2	1	<b>20</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	6	0	0	<b>6</b>

-----Assim o Voto de Congratulação apresentado pelo PS foi aprovado por maioria.-----

-----Não participou nesta votação por se encontrar ausente da Sala o Sr. Eurico Correia (PSD).-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Hugo Pereira (PS): “A bancada do PS votou favoravelmente pelas razões que vêm enumeradas no contexto e acima de tudo porque a questão que aqui estava a ser tratada era o 25 de Abril. Se na Moção a que foi dado o número 4 de entrada, apresentada pelo PSD, a questão que ali estava era o 1º de Maio, agora estava em causa o 25 de Abril que, sem dúvida, é uma data que trouxe mais valias, ao nosso País. Assim lamento que o voto para a moção do 25 de Abril por parte do PSD tivesse sido contra.”-----



Fl. 50v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “Votamos a favor porque entendemos que este Voto de Congratulação era por dois motivos, com os quais nunca podemos estar contra: o primeiro era pelo 25 de Abril, o segundo era por aquilo que o Poder Local trouxe às populações.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 35 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 56 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:** O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), informou que a Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1, solicitou a introdução de mais 3 Pontos na Ordem do Dia. Assim a Mesa apresentou a seguinte Proposta de Alteração à Ordem do Dia para esta Sessão: “Introdução de três pontos na Ordem do Dia: - Apreciação e votação da rectificação dos Estatutos da Associação de Municípios da Ria de Alvor (Lagos/Portimão) – passa a ser o Ponto 1 da Ordem do Dia; - Apreciação e votação do Regulamento para Ascensores, Monta-cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes do Município de Lagos – passa a ser o Ponto 5 da Ordem do Dia; - Apreciação e votação do pedido de autorização de adesão da Câmara Municipal de Lagos à APEM – Associação Portuguesa Empresas Municipais – passa a ser o Ponto 6 da Ordem do Dia; o Ponto 1 - Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão – ano 2005 – passa para Ponto 2 da Ordem do Dia; o Ponto 2 - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município – passa para Ponto 3 da Ordem do Dia; o Ponto 3 - Rectificação da designação social da empresa municipal para gestão de equipamentos desportivos – “LAGOS-EM-FORMA, Gestão Desportiva, E.M.” – passa para Ponto 4 da Ordem do Dia.”-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre este assunto passou-se à votação da Proposta de Alteração apresentada pela Mesa, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----Seguidamente foi colocada à votação a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----**PONTO 1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA RECTIFICAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA RIA DE ALVOR (LAGOS/PORTIMÃO):** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 425-23.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre o assunto foi colocado à votação a **RECTIFICAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA RIA DE ALVOR (LAGOS/PORTIMÃO)**, tendo sido aprovada, por unanimidade, a seguinte rectificação dos Estatutos da Associação de Municípios da Ria de Alvor (Lagos/Portimão): “1. Artigo 11º nº 1 - onde se lia “A duração do mandato dos



membros da Assembleia e do Conselho Directivo é de um ano automaticamente renovável por iguais períodos, se na primeira reunião da assembleia intermunicipal após o seu termo não se deliberar proceder a nova eleição” passará a ler-se, “A duração dos mandatos dos membros da Assembleia e do Conselho Directivo coincide com a que legalmente estiver fixada para os órgãos das autarquias locais.”; 2. Artigo 17º nº 4 – “Na ausência de dois ou da totalidade dos membros da Mesa, a Assembleia elegerá uma mesa “ad hoc” para presidir à reunião” é eliminado o nº 4 do artigo 17º dos Estatutos; 3. Artigo 34º - no nº 1 onde se lia “O Conselho Directivo pode propor à Assembleia, ou esta por sua própria iniciativa, alterações aos presentes estatutos” passará a ler-se “Compete à assembleia intermunicipal, por sua iniciativa ou sob proposta do conselho directivo, aprovar alterações aos estatutos, sendo necessária a deliberação de pelo menos dois terços dos seus membros.”, no nº 2 onde se lia “as alterações aos estatutos são aprovadas por deliberação de pelo menos dois terços dos membros da Assembleia” passará a ler-se “A modificação dos estatutos referida no número anterior depende do prévio e expreso acordo dos órgãos dos municípios associados”, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 19 de Abril de 2006.”-----

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2005:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 425-24.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Carlos Albuquerque (PS) fez a seguinte intervenção: “Começo a minha intervenção com o desejo de que o teor dos documentos propostos para apreciação e votação, não fosse analisado de forma enviesada ou tão pouco com a miopia político-partidária que é tão comum verificar-se nestas situações. Assim, para quem fez um estudo responsável, sério e cuidado dos documentos, a aprovação dos mesmos será sempre uma consequência natural. Pese embora a necessidade de se consolidarem ainda mais os esforços, em algumas matérias, que o Executivo tem vindo a realizar, e que adiante mencionarei. Todos sabemos que quem quer tirar dividendos políticos de tudo e a todo o custo faz sempre uma análise redutora dos factos, isolando-os e descontextualizando-os, e por isso caindo no populismo fácil e demagógico. Dou dois exemplos reveladores desta atitude: O primeiro, refere-se à desagregação do agregado de Despesa. Como sabemos, a Despesa é constituída por duas rubricas: Despesas Correntes e Despesas de Capital. Mas concentremo-nos nas Despesas Correntes, e dentro destas na componente “Pessoal”, que apesar de não ser a mais representativa das Despesas Correntes, é o alvo preferencial da Direita, e nomeadamente da ala mais liberal do PSD. Assim, quando é vociferado que a Despesa referente à componente “Pessoal” nunca foi tão alta, esquece-se que esta Despesa: 1) Representa 23% do Agregado de Despesa Total do Município, e que o



Fl. 51v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

seu peso relativo nas Despesas Correntes tem vindo a cair consecutivamente de há 3 anos a esta parte. A incongruência do discurso catastrofista da Oposição ainda é maior se for tido em conta que no estertor da gestão camarária do PSD, em 2000 (e não me refiro a 2001 por ter sido ano de eleições), o peso da componente “Pessoal” ter sido bastante superior. Isto é, representava 30,8% do total do Agregado de Despesa de então. 2) A Despesa Corrente Total (onde estão incluídas as principais componentes: “Aquisição de Bens e Serviços” e “Pessoal”) é amplamente coberta pelas respectivas Receitas Correntes Totais. Originando ainda um excedente de, aproximadamente, 8 milhões de euros, que são libertados para Investimento Municipal. O segundo exemplo, e tendo também o Agregado de Despesa como base de análise, relaciona-se com a sua rubrica Despesa de Capital, e na componente mais relevante desta - “Aquisição de Bens de Investimento”, que representa 92% do total da Despesa de Capital. Assim, quando ouvimos alusões ao aumento descontrolado e desnecessário da Despesa de Capital, e nomeadamente no que à “Aquisição de Bens de Investimento” diz respeito, só podemos ficar estupefactos, mas cientes de que quem profere tais afirmações está completamente desfasado da realidade. Pois bem, o indicador financeiro decorrente do rácio Investimento/Despesas de Capital, é o mais elevado de sempre do Município, reflectindo os importantes investimentos realizados em equipamentos escolares e sociais, equipamentos de transporte e em maquinaria diversa. Só para citar os investimentos mais expressivos. Mais uma vez e a título informativo, mas que também é bem elucidativo da inconsistência das ideias erradas que se querem fazer passar, em 2000 o Investimento Municipal foi de 8 milhões de euros e em 2005 de 19 milhões de euros... o que é bem revelador das abissais diferenças de gestão camarária. Decorre dos exemplos apresentados, que outros dois agregados económicos - Poupança e Investimento – estão de boa saúde, o que deve ser também uma nota digna de registo. Porém, é de todo conveniente que o Executivo continue a envidar os seus esforços para com as seguintes matérias: - Ter taxas de crescimento das Receitas Correntes superiores às taxas de crescimento das Despesas Correntes; - Diminuir o peso relativo dos Impostos Directos; - Visar alcançar um Saldo de Exercício Equilibrado; - Apesar de ter uma taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos de 63%, já de si bastante aceitável, pugnar pelo seu aumento. Termino, referenciando também todos os Indicadores Gerais de Actividade do Município, como sendo elementos insofismáveis para a aprovação do Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do ano de 2005, e dos quais permitam-me que destaque: - Equilíbrio Financeiro nas contas, onde se constata o importante Princípio Orçamental, que deriva das Receitas Correntes serem superiores às Despesas Correntes, libertando recursos financeiros para a rubrica Despesa de Capital (Investimento Municipal); - O limite das Despesas com Pessoal ser bastante inferior ao estipulado na Lei, e o seu peso nas Despesas Correntes ter vindo a diminuir; - Não existirem dívidas de Curto Prazo e a Autarquia ter capacidade de endividamento junto à banca; - O Saldo de Tesouraria e o Resultado líquido do Exercício de 2005 serem positivos; - A Autarquia ser detentora de um seguro e robusto rácio de solvabilidade.”-----



-----O Sr. Fernando Soares (PSD) disse que a Dra. Manuela Ferreira Leite fez uma coisa muito boa para as autarquias que foi a reformulação do Importo Municipal que trouxe muito dinheiro para os municípios. Agradeceu ao Sr. Carlos Albuquerque o elogio que fez à gestão Social-Democrata, porque chegar, em 2001, com um País completamente falido, a uma Câmara com projectos, sem estar endividada e com dinheiro a entrar foi muito bom. Afirmou que as empresas municipais foram criadas porque a Câmara já não tem dinheiro. Chamou à atenção do Sr. Carlos Albuquerque para o facto de ter chamado ao PSD “liberal ... direita”, porque não é a génese do PSD.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que depois das palavras introdutórias do Sr. Presidente da Câmara e da intervenção do Sr. Carlos Albuquerque chegou à conclusão de que a Câmara Municipal é detentora de uma invejável saúde financeira e por isso perguntou: porque é que as empresas de Lagos têm que pagar Derrama? Porque é que os contribuintes de Lagos têm que pagar a taxa máxima do IMI? Disse que a actuação da Câmara de Lagos é contrária ao discurso positivo que é aqui feito.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que constata no documento que as despesas totais foram superiores às receitas totais e esta situação deve constituir uma prioridade na gestão financeira e terá que ser invertida a curto prazo. Esclareceu que o que o preocupa é a despesa, principalmente quando as receitas são maiores com os aumentos de taxas e impostos. Disse que não percebia, na política da Câmara, onde se poderia poupar, recordando que esperava que com a venda do saneamento algum pessoal da Câmara ligado a esta área pudesse ficar afecto à empresa que o ia explorar, mas isso não se verificou. Disse que acreditava na bondade do que estava escrito no documento em discussão, mas politicamente não era defensável ter um resultado negativo das receitas e das despesas, quando as empresas pagam impostos, quando os cidadãos pagam as taxas máximas, não é justo que se verifique esta situação. Perguntou como é que a Câmara pensa inverter esta situação.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que não se pode analisar contas de uma forma estática, ou seja, isto são acumulados de anos. Lembrou que aprova evidente de que o valor que sobrou não foi mal gasto é o grau de execução do Plano Plurianual de Investimentos, que é de cerca de 63%; foi isso que se verificou na visita a algumas obras do concelho por ocasião das comemorações do 25 de Abril. Acrescentou que há quem diga que as obras são deles, mas projectar é fácil, realizar a obra é outra coisa totalmente diferente. Contudo reconhece que há que ter cuidado, porque não se podem esgotar os excedentes de anos anteriores. Disse que mais preocupante seria não ter uma taxa de execução do PPI como a verificada e não ter a obra que se está a realizar. Disse que não se deve fazer uma política de bota abaixo, uma vez que o que é evidente tem que ser louvado.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PSD, tanto na Assembleia Municipal como na Câmara Municipal, não criticou o Relatório, nem as Contas, por isso não percebia a necessidade do PS se justificar para com o PSD.-----

-----O Sr. Carlos Albuquerque (PS) disse que a reacção do PSD é sintomática, já que a sede própria para discussão destes documentos é a Assembleia Municipal, na



Fl. 52v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Assembleia não dizem nada e depois vão para a opinião pública dizer aquilo que realmente o PSD pensa.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) esclareceu que o modo como o PSD dirige as suas políticas e como o PSD lacobrigenses entende comunicar, ou não, com os seus eleitores é com o PSD. Disse que o PS arruma a casa como quer e no PSD quem manda são as próprias pessoas do PSD; ninguém de fora manda no PSD.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) felicitou o Executivo camarário pelo facto de ter conseguido passar a mensagem, a quem elabora este tipo de documentos, para que estes documentos deixassem de ser um amontoado de relatórios sem ligações entre eles e passasse a ser um documento fácil de interpretar e fácil de ler para quem não é especialista nestas matérias. Disse que é a primeira vez que aparece uma análise económico-financeira com rácios, que têm o valor que têm, mas que ajudam a ver qual é a saúde financeira da Câmara Municipal. Referindo-se ao recado que o Presidente da República deu ao Governo da Nação, no seu discurso do 25 de Abril, disse que o Município de Lagos devia estar radiante, uma vez que a Câmara já estava a levar por diante esse recado. Disse que o investimento em 2005 no concelho foi grande e isso vai dar frutos no futuro, pelo que o PS só se pode rever neste Relatório e só se pode alegrar com o facto de estarem de acordo com o Presidente da República. Disse que é pena que os economistas ainda não tenham criado uma nova rubrica com o título “despesas de futuro capital”, porque as despesas correntes têm que aumentar agora para que de futuro as coisas melhorem.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) constatou que a dívida de terceiro tem vindo a aumentar desde 2001 por isso perguntou o que é que a Câmara estava a pensar fazer para colmatar esta situação.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara, Júlio Barroso, elogiou as intervenções dos Srs. Carlos Albuquerque e Hugo Pereira. Disse que a política que estes documentos em discussão representam não é de certeza absoluta liberal, nem de direita, é sim de esquerda e socialista, focando a sua acção no bem-estar social e na procura incessante de oportunidades para todos e de impedir, ao máximo, fenómenos de exclusão e combater as que existem no sentido de procurar uma sociedade melhor. Disse que o resultado do exercício é negativo mas isso já foi explicado. Esclareceu que aquilo que as empresas dão ao município é reinvestido no município de modo a gerar bem-estar para as pessoas e para as empresas. Reafirmou que espera ser possível ter muitos resultados de exercício negativos com o grau de execução que tem e ainda ter dinheiro para gastar no ano seguinte. Solicitou que era bom que não se dissesse muitas vezes a mesma mentira com a intenção de que ela se converta em verdade, pois as empresas municipais não foram criadas porque a Câmara não tem dinheiro e a prova está ali nos documentos em discussão. Informou que a Empresa Municipal FUTURLAGOS foi criada para aqueles projecto cujo os quais é difícil ou quase impossível ter recursos financeiros, indo a empresa à procura de outras fontes de organização técnica e financeira. Disse que desejava um concelho competitivo, um concelho mais à frente e estava disponível para encarar todas as possibilidades de dar passos para ultrapassar o pé-coxinho em que andou o concelho durante algum tempo. Disse que o sistema de saneamento básico foi vendido e que não tinham



saído funcionários da Câmara porque já existia uma empresa que tratava de tudo relacionado com a ETAR, mas espera a transição de funcionários da Câmara para as empresas municipais. Em relação às despesas de terceiros disse que as cobranças estão a ser implementadas e não custa nada à Câmara porque esta tem um serviço de cobrança fiscal, reafirmando que esta situação está controlada, assim como está controlada a despesa corrente em termos de pessoal.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que dar passos largos com perna curta é complicado e que a Câmara tem um lucro social que tem que ser valorizado, mas não pode ser a qualquer custo. Informou que tinha ficado satisfeito pelo facto da Câmara já ter os mecanismos necessários para cobrar dívidas de terceiros, mas, na sua opinião, o facto de uma mentira ser dita muitas vezes não passa à verdade, assim como as vozes de certas pessoas nunca chegam ao céu, por isso há que ter a devida ponderação. Disse que as empresas municipais podem ser uma solução desde que tragam uma melhor gestão e menos encargos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o documento está bem elaborado e que a apresentação de rácios já não é a primeira vez que aparece. Consta que o documento é o reflexo do Plano que foi aprovado, acrescentando alguma parte decorrente de um ano de eleições.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que é de todo importante ter atenção à despesa nos anos vindouros e o dinheiro tem que ser bem gerido para que se deixe alguma herança para aqueles que se seguem.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) deu os parabéns ao documento que demonstra de uma forma transparente o que é a autarquia.-----

-----Posto isto foi submetido à votação o **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES REFERENTE AO ANO 2005**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	17	0	0	1	<b>18</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	7	2	0	<b>9</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	0	0	0	<b>0</b>

-----Assim o Relatório de Actividades referente ao ano 2005, foi aprovado por maioria.-----

-----De seguida foi submetida à votação a **CONTA DE GERÊNCIA REFERENTE AO ANO 2005**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	17	7	0	1	<b>25</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	0	2	0	<b>2</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	0	0	0	<b>0</b>

-----Assim a Conta de Gerência referente ao ano 2005, foi aprovado por maioria.---

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as



Fl. 53v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no próximo dia 2 de Maio de 2006, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, neste mesmo local, no Ponto 3 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 16 minutos da madrugada dia 29 de Abril, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....

.....  
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--

.....

.....

-----